

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.316 - SP (2019/0010457-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CAMBIO S.A.  
**ADVOGADOS** : LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTI - SP124071  
ARNALDO RODRIGUES NETO - SP238946  
CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR - SP247319  
CARLOS HENRIQUE RUIZ GASPARETTI - SP204253  
**AGRAVADO** : LEDA VIDAL ALVES  
**ADVOGADO** : LUIZ COLA - ES009483

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CONSUMERISTA. 1. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. 2. REQUISITOS AUTORIZADORES DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. PRESENÇA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM DISSONÂNCIA À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NECESSIDADE DE O ÓRGÃO JULGADOR POSSIBILITAR O REQUERIMENTO DE PROVAS CABÍVEIS ANTES DO JULGAMENTO. PRECEDENTES. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PROVIMENTO.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Vigésima Oitava Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao apelo da ora agravada, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 479):

Em face do quadro de nítida violação a direito do consumidor, proclama-se a nulidade dos dois negócios, a operação na bolsa de valores e o financiamento, acolhem-se os embargos e se rejeita a monitoria da corretora de títulos mobiliários.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou divergência jurisprudencial e violação aos arts. 7º, 10, 373, § 1º, 489, § 1º, I, II e IV, do CPC/2015; e 6º, VIII, do CDC.

Afirmou que o ônus da prova teria sido invertido sem a presença dos requisitos necessários para tanto e sem fundamentação.

Sustentou que não seria possível a inversão do ônus probatório na segunda instância de julgamento e que, ainda que seja, deveria ter-lhe sido dada a oportunidade de se desincumbir desse ônus.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No que tange à suposta violação ao art. 489 do CPC/2015, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido manifestou-se sobre a presença dos requisitos para a inversão do ônus da prova de forma fundamentada, sem nenhum vício que pudesse nulificar o acórdão recorrido.

A propósito, leia-se o seguinte excerto dos aclaratórios (e-STJ, fl. 505):

A relação de consumo é evidente, como a hipossuficiência da autora e a verossimilhança de suas alegações, o que justifica a inversão do ônus da prova.

Confira-se, ainda, o seguinte excerto do acórdão apelatório, que descreve os requisitos para a inversão do ônus probatório (e-STJ, fls. 480-481):

Ao embargar, a ré trouxe sua versão dos fatos - telefonema da autora e proposta de lucrativa aplicação em ações e de empréstimo com juro inferior ao da renda, que por isso aceitou - e reclamou de falta de informação, de erro e de publicidade enganosa (fls. 255/256).

4. Entre corretora de ações e investidor estabelece-se relação de consumo.

A fornecedora cumpre prestar ao consumidor informações corretas, claras e precisas sobre os produtos e serviços, “bem como sobre os

riscos que apresentem” (Código de Defesa do Consumidor, art. 6º, III, e art. 31), tanto que constitui prática abusiva “prevalecer-se da fraqueza ou ignorância” dele, “tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços” (idem, art. 39, IV), com mais rigor se se tratar de operação de crédito (idem, art. 52 e incisos).

Aliás, configura crime em tese fazer “afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza” e “segurança” “de produtos ou serviços” (idem, art. 66).

5. A ré poderia ser jovem, culta, abastada e moradora de bairro nobre da capital de São Paulo, e ainda assim haveria de ter respeitado seu direito à informação clara e precisa.

Ela, porém, é nascida em 1930 (fl. 34), reside em Castelo, interior do Estado do Espírito Santo, é pensionista com rendimentos brutos anuais declarados à Receita de R\$ 92.173,80, pouco mais de R\$ 7.600,00 por mês (fls. 313/317), e contava 77 anos de idade quando do negócio-hoje conta 87.

Tinha e tem, com muito mais razão, direito à informação clara e precisa sobre a natureza e sobre os riscos da operação em bolsa de valores e sobre o empréstimo, tanto mais “tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social” e o se tratar de operação de crédito.

6. Apesar disso, autora deixou de demonstrar, como lhe incumbia e invertido que sem surpresa fica o ônus da prova (idem, art. 6º, VIII), que prestou à ré as informações imprescindíveis. Ao contrário e mais que não se interessar em produzir prova, pediu às expressas o julgamento antecipado (fls. 280/282).

Assim, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie." (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Quanto à discussão acerca dos requisitos autorizadores da inversão do ônus de prova, é certo que, tendo o Tribunal de origem concluído pela sua presença, a desconstituição da convicção estadual demandaria o reexame de fatos e provas, providência vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

No que tange à possibilidade de inversão do ônus probatório em segunda instância, impende destacar que o STJ firmou entendimento no sentido de que o Colegiado estadual não pode fazê-lo, com surpresa para as partes, quando do julgamento da apelação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ilustrativamente:

RECURSO ESPECIAL. GRAVIDEZ ALEGADAMENTE DECORRENTE DE CONSUMO DE PÍLULAS ANTICONCEPCIONAIS SEM PRINCÍPIO ATIVO ("PÍLULAS DE FARINHA"). INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ENCARGO IMPOSSÍVEL. ADEMAIS, MOMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A GRAVIDEZ E O AGIR CULPOSO DA RECORRENTE.

(...)

5. De outra sorte, é de se ressaltar que a distribuição do ônus da prova, em realidade, determina o agir processual de cada parte, de sorte que nenhuma delas pode ser surpreendida com a inovação de um ônus que, antes de uma decisão judicial fundamentada, não lhe era imputado. Por isso que não poderia o Tribunal a quo inverter o ônus da prova, com surpresa para as partes, quando do julgamento da apelação.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido. (REsp 720.930/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe 09/11/2009)

Dessa forma, caberia ao órgão julgador abrir oportunidade para que a parte onerada pudesse desempenhar adequadamente tal encargo, de modo a evitar que seja surpreendida com a inovação de um ônus que, antes, não lhe era imputado.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO NO PRODUTO (ART. 18 DO CDC). ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO 'OPE JUDICIS' (ART. 6º, VIII, DO CDC). MOMENTO DA INVERSÃO. PREFERENCIALMENTE NA FASE DE SANEAMENTO DO PROCESSO.

A inversão do ônus da prova pode decorrer da lei ('ope legis'), como na responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço (arts. 12 e 14 do CDC), ou por determinação judicial ('ope judicis'), como no caso dos autos, versando acerca da responsabilidade por vício no produto (art. 18 do CDC).

Inteligência das regras dos arts. 12, § 3º, II, e 14, § 3º, I, e. 6º, VIII, do CDC.

A distribuição do ônus da prova, além de constituir regra de julgamento dirigida ao juiz (aspecto objetivo), apresenta-se também como norma de conduta para as partes, pautando, conforme o ônus atribuído a cada uma delas, o seu comportamento processual (aspecto subjetivo). Doutrina.

Se o modo como distribuído o ônus da prova influi no comportamento processual das partes (aspecto subjetivo), não pode a inversão 'ope judicis' ocorrer quando do julgamento da causa pelo juiz (sentença) ou

# *Superior Tribunal de Justiça*

pelo tribunal (acórdão).

Previsão nesse sentido do art. 262, §1º, do Projeto de Código de Processo Civil.

A inversão 'ope judicis' do ônus probatório deve ocorrer preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurando-se à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo, a reabertura de oportunidade para apresentação de provas.

Divergência jurisprudencial entre a Terceira e a Quarta Turma desta Corte.

RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 802.832/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/04/2011, DJe 21/09/2011)

Dessarte, verifica-se que o Colegiado estadual, ao proceder à inversão do ônus da prova sem conceder oportunidade para que a parte se desincumbisse desse encargo, decidiu em desarmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, motivo pelo qual a decisão recorrida merece reparos.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe provimento para anular o acórdão, determinando o retorno dos autos à primeira instância a fim de que se possibilite à recorrente o requerimento das provas cabíveis.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator